

CONTAS DE GOVERNO - NOTAS EXPLICATIVAS – EXERCÍCIO DE 2025

Ente: Câmara Municipal de Arez/RN

1 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

A Câmara Municipal de Arez/RN é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade máxima de administração pública no Poder Legislativo do município, sendo representado pelo presidente da Câmara Municipal.

Criada oficialmente e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil, tem como atribuição legislar e fiscalizar as ações do Poder Executivo.

2 - DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

Os serviços técnicos da contabilidade no ano de 2025 foram executados de acordo com a legislação vigente, permitindo o acompanhamento da execução orçamentária, da situação patrimonial e o levantamento das demonstrações contábeis, no período dos meses de janeiro a dezembro de 2025, correspondendo ao exercício financeiro, conforme disposto no art. 34, da Lei Nacional nº 4.320/64.

A execução dos trabalhos e estrutura das demonstrações contábeis foi executada em observância ao disposto nas Leis nº. 4.320/1964, nº. 101/2000, nas Portarias MF nº 184/2008 e STN nº. 438/2012, 634/2013 e 700/2014, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade.

Para a contabilização da execução do orçamento da Câmara Municipal foram utilizados o regime de caixa para a arrecadação das receitas e o de competência para execução das despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei nº. 4.320/64, de forma integrada com as NBCASP/Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os princípios contábeis estabelecidos pela Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade.

3 - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras das “contas de governo – exercício de 2025” estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no País, essas aplicáveis às entidades públicas, e acordo com a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, e elaboradas em observância a estrutura do Manual da Contabilidade Aplicadas ao Setor Públicos/MCASP – Parte V – 9ª Edição, instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como pelas normas instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande Norte, em especial, através da Resolução nº 12/2016 – TC, combinada com a Resolução nº 03/2026-TC, de 04 de fevereiro de 2026.

As demonstrações contábeis do Poder Legislativo foram geradas conforme essas normas acima, todas adequadas à nova estrutura do PCASP/Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, e compõe as “contas de governo” do ente público municipal.

As referidas demonstrações são compostas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais, além do Fluxo de Caixa, Demonstração as Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos não consignados no orçamento, e apresentadas de forma a demonstrar os dados financeiro, orçamentário e patrimonial do Poder Legislativo.

4 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público municipal, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Seus ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos e tem sido elaborado de acordo com a estrutura definida no MCASP.

4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:

São representados por disponibilidade em moeda nacional, valores depositados em instituições financeiras integrantes do sistema bancário brasileiro, na seguinte composição.

Disponibilidade Financeira em 31.12.2025:

Saldo em Caixa e Bancos	0,00
Créditos a curto prazo	0,00
Outros	0,00
Total	0,00

4.2 - Imobilizado

Registrando os bens públicos destinados à manutenção das atividades do Poder Legislativo, o referido grupo obteve a seguinte movimentação no exercício de 2025.

No que se refere ao registro saldo de bens móveis e imóveis tem-se a informar que o sistema contábil faz o registro automático de todas as entradas de bens, adotando o valor do lançamento através das notas fiscais no momento da liquidação pelo setor de compras.

Com isso todos os bens móveis e imóveis adquiridos e/ou construídos, foram devidamente registrados pelos lançamentos contábeis realizados, de acordo com seu registro pelo valor original, incorporando, de forma acumulada, o total de R\$ 548.455,65.

4.3 - Da Dívida Fundada

Nas “contas de governo” do exercício de 2025 houve o registro, através do Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada, do saldo anterior apurado em 31.12.2024, os valores inscritos e baixados ao longo do ano de 2025, enfatizando ao final o saldo dessa dívida em 31.12.2025, que importou em R\$ 0,00.

4.4 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido/PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida do município, ou seja, representa a diferença entre o “Ativo Real” e o “Passivo Real”.

Ao longo do exercício, ocorreu variação no patrimônio líquido da entidade, deixando-o em R\$ 548.455,65, decorrente do confronto entre variações ativas e passivas, apurado no Balanço Patrimonial.

5 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Mas, pelo fato do Poder Legislativo não ter receitas, e sim apenas transferência do “Duodécimo”, e seguindo as diretrizes do IPC 06 (Instruções de Procedimentos Contábeis nº 06), que define as metodologias para elaboração do Balanço Financeiro do Poder, registramos os repasses do Poder Executivo ao Legislativo como déficit.

Já em relação as despesas realizadas, elas seguiram as diretrizes do MPCASP e se originam de registros da classificação da despesa orçamentária, sendo efetuados por meio de rotinas específicas no sistema informatizado adotado pelo ente, sendo registradas no momento de seu empenho, obedecendo ao regime de competência.

As despesas registradas nas “contas de governo” em questão se dão através das despesas empenhadas, que são aquelas que foram autorizadas pelo ordenador de despesas, e que nesse ano todas as despesas tiveram seu registros quanto ao empenhamento, a liquidação e ao pagamento, não havendo restos a pagar.

6 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza, conjugados com os saldos em espécie do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

É um quadro com duas seções: o ingresso que foi o duodécimo, e os dispêndios que foram as despesas orçamentárias, elas se equilibraram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios, que foi zerado.

Foi elaborado de acordo com a estrutura definida no MCASP.

O duodécimo teve a seguinte composição:

Duodécimo	R\$	3.142.004,19
-----------	-----	--------------

Já as despesas orçamentárias elas têm a seguinte composição:

Pessoal e Encargos Sociais	R\$	2.026.803,30
Outras despesas correntes	R\$	942.724,44
Juros da dívida contratada	R\$	0,00
Investimentos	R\$	172.476,45
Inversões financeiras	R\$	0,00
Amortização da dívida fundada	R\$	0,00
Total	R\$	3.142.004,19

7 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O demonstrativo evidenciará as alterações verificadas no patrimônio da entidade, resultantes ou independente da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, que foi apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. Foi elaborado de acordo com a estrutura definida no MCASP.

7.1 - Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Aumentativas, sendo:

- Duodécimo, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir;
- Valorização e Ganhos com Ativos: compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos;
- Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: compreende o somatório das demais Variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores.

7.2 - Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo:

- Pessoal e Encargos: além dos registros das despesas executadas com a remuneração do pessoal ativo da entidade e os encargos patronais, neste grupo temos o registro patrimonial das obrigações com provisão de 13º salário e férias, e seus respectivos encargos patronais, que são registrados mensalmente mediante informações encaminhadas pelo setor de pessoal;
- Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: representa o somatório das Variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação do ente público. Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc;
- Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras: compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias;
- Transferências e Delegações Concedidas: compreendem o somatório das variações Patrimoniais diminutivas com transferências intragovernamentais (câmara municipal), instituições privadas sem fins lucrativos;
- Desvalorização e Perdas de Ativos: compreendem a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias;
- Tributárias: compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas ao pagamento de despesa com o PASEP;
- Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores.

7.3 - Variações Patrimoniais Qualitativas

As incorporações de Ativo se referem ao saldo total de aquisições de itens do imobilizados, referentes a bens móveis e imóveis contabilizados como despesa de capital no grupo 4.4.00.00 - Investimentos.

7.4 - Resultado das Variações Patrimoniais

O resultado econômico apurado no exercício entre as variações aumentativas e diminutivas apresentaram variação patrimonial no valor de R\$ 77.006,72, devidamente registrado ao patrimônio líquido da entidade.

8 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA/DFC

Ela foi elaborada pelo método direto e evidenciam as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades da entidade: operacionais, de investimento e de financiamento.

A soma dos fluxos deverá corresponder à diferença entre os saldos iniciais e finais de caixa e equivalentes de caixa do exercício de referência.

Foi elaborado de acordo com a estrutura definida do MCASP.

8.1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Compreende o duodécimo.

Os desembolsos representam as despesas orçamentárias pagas no exercício.

8.2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes, tais como as obras e instalações realizadas, aquisição de equipamentos e material permanente, pela entidade, e representaram o importe de -R\$ 186.726,45.

8.3 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento compreendem o desembolso de despesas com amortização da dívida de parcelamentos já elencados nas notas do balanço patrimonial, e representaram o importe de R\$ 0,00.

8.4 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

O resultado da soma das atividades operacionais de investimento e de financiamento apresentou, de forma acumulada, o valor de R\$ 0,00, correspondente à diferença entre os saldos iniciais e finais de caixa e equivalentes de caixa do exercício de referência.

9 - DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados dos meses de janeiro a dezembro de 2025, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações.

São estas as notas explicativas das “contas de governo” – exercício de 2025, desse ente público municipal.

Em, 16 de abril de 2026.

João Paulino dos Santos Neto
Contabilista